PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota Introdutória

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO E GLENDA MEZAROBA

Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares é cientista política, socióloga, educadora e militante dos direitos humanos e da democracia, tendo, ao longo de sua vida, combinado coerentemente sua pesquisa sobre democracia e direitos humanos com a atuação cívica permanente.

Em sua trajetória como intelectual e pesquisadora, realizou estudos pioneiros sobre a UDN e o udenismo, sobre o PT, sobre Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Depois, foi vanguardista nos temas da democracia participativa e da cidadania ativa, da educação para a democracia, dos direitos humanos e da educação para os direitos humanos.

No plano cívico e político, sua história é igualmente longa. Hoje, é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog; do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo; e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns.

Auto-apresentação

MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES

Sou *flumioca,* carioca nascida em Niterói em 1942, a nona, ou a oitava (sou gêmea) de uma família de dez filhos, os pais com sofisticada educação europeia, cultos e politicamente mais à esquerda, como, mais tarde, filhos, netos e bisnetos. Fui bolsista do *American Field Service,* um ano estudando em Pittsburgh aos 18 anos. Entrei em Sociologia na PUC-Rio onde completei os dois primeiros anos, aluna saudosa do Padre Ávila. Casei cedo e fui morar em Besançon, França, onde tentei estudar a sério, mas não deu: duas gravidezes numa época em que era muito difícil comprar anticoncepcionais. Voltei com marido astrônomo e filho de quatro anos e viemos direto para São Paulo, onde concluí Ciências Sociais na FFLCH. Fui aluna de três excelentes professoras: Maria do Carmo Campello de Souza (Carmute), Ruth Cardoso e Eunice Durham. Mestrado em 1975 (*O Governo Kubitschek*), doutorado em 1980 (*A UDN e o Udenismo*), livre docência em 1986 (*A Cidadania Ativa*) e me aposentei como professora titular de Sociologia na Faculdade de Educação da USP, pela compulsória. Fui pesquisadora e diretora do CEDEC; colaborei com o CPDOC; fui co-fundadora e diretora da *Escola de Governo*; participei da área de pós-graduação em Direitos Humanos na FADUSP e membro da *Comissão Justiça e Paz.* No primeiro Governo Lula participei do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da Comissão de Ética (2003-2006). Colaborei com artigos e entrevistas para jornais e revistas sobre temas da conjuntura política. Desenvolvi pesquisas com bolsas da Fapesp, da SSRC, do CNPq (1A). Tornei-me pesquisadora e ativista na área de Direitos Humanos e Educação. Atualmente (2020) sou membro do Instituto Vladimir Herzog e da Comissão Arns, em defesa dos Direitos Humanos. Continuo escrevendo, participando de bancas acadêmicas e seminários. Viúva (55 anos casada), tenho três filhos e 5 netas. Não sei se chegarei aos 80, mas aflita pensando no futuro do Brasil e das novas gerações, continuo feminista e militante política.

Entrevista

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO: *Estamos, Glenda Mezarobba e a San Romanelli Assunção, entrevistando Maria Victoria Benevides. Glenda, você começa?*

GLENDA MEZAROBBA: *Professora, poderia nos apresentar um pouco da sua trajetória profissional? Sua formação e filiações institucionais ao longo da carreira?*

MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES: Maria Victoria de Mesquita Benevides é o meu nome profissional; Benevides é do meu marido; de Mesquita e Bomfim é meu sobrenome de solteira. Fiz todo o ensino fundamental e médio em colégio de freiras, passei um ano nos Estados Unidos com bolsa do *American Field Service*, dois anos de Sociologia na PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], também com bolsa. Casei cedo e fui morar na França, acompanhando meu marido e lá fiquei quatro anos e meio. Quando voltamos, viemos direto para São Paulo, meu marido já contratado pelo IAG-USP [Instituto de Astronomia e Geofísica da Universidade de São Paulo] e eu consegui a transferência para as Ciências Sociais da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas], onde terminei a graduação e fiz mestrado e doutorado já na área de Ciência Política. Tive bolsa da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. Fui pesquisadora sênior e diretora do Cedec, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, de 1978 a 1985, quando comecei a trabalhar em tempo integral como professora de Sociologia na Faculdade de Educação da USP e onde fiz a livre-docência, também sobre um tema de Ciência Política (democracia) e me aposentei, pela compulsória, já tendo feito o concurso para titular. Fui cofundadora e diretora da Escola de Governo durante um período em convênio com a USP, funcionando na Maria Antônia. A Escola de Governo existiu por mais de vinte anos, uma experiência marcante em minha vida. Integrei, na USP, a primeira Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, criada em 1996. E fui do Conselho Diretor do IEA-USP (Instituto de Estudos Avançados) por quatro anos. E, a partir da Comissão Justiça e Paz, criada por Dom Paulo Evaristo Arns durante a ditadura civil-militar, tendo a definir-me como militante dos Direitos Humanos. Atualmente integro a recente Comissão Arns, de defesa dos direitos humanos. Venho de uma família grande, meus pais tiveram dez filhos (seis mulheres e quatro homens) e sou a penúltima. Vivíamos em uma grande casa, na qual havia, inclusive, uma capela. Meu nome foi escolhido porque nasci em 1942, no meio da Segunda Guerra Mundial. Minha irmã gêmea foi chamada de Maria Christina, sempre fomos muito unidas. Não conhecemos nosso pai, que morreu quando nós tínhamos dois anos de idade. Nosso irmão mais velho, estudante de dezenove anos, se empolgou com a FEB [Força Expedicionária Brasileira] e com a ideia de lutar contra o nazi-fascismo. Ele era reservista do CPOR [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva] e fez de tudo para participar da luta. É importante lembrar que, naquela época, era uma vergonha não prestar o serviço militar sem que houvesse um motivo forte para justificar. Ele foi aceito como voluntário, segundo-tenente, e morreu na campanha da Itália, em novembro de 1944. Atualmente, seus restos mortais estão no Monumento aos Pracinhas, no Aterro do Flamengo.

GM: *Ele morreu durante a guerra?*

MVMB: Sim, morreu em batalha na frente do seu pelotão.

GM: *Como ele se chamava?*

MVMB: José Jerônimo de Mesquita.

GM: *Imagino que você esteja falando deste irmão, porque a vida dele influenciou a sua opção.*

MVMB: A vida dele não influenciou a minha opção, apesar de tê-lo mencionado no meu memorial, quando fiz concurso para professora titular. Comento sobre certo revisionismo que se faz sobre a participação do Brasil na guerra. Mas, para mim, a participação do país na guerra está muito ligada ao que aconteceu à minha família, porque quando chegou a notícia da morte dele, minha mãe estava no penúltimo mês da gravidez do décimo filho, minha irmã caçula, e meu pai morreu.

GM: *Ele soube da notícia e morreu?*

MV: Ele foi internado e recebeu suporte médico, fez uma cirurgia de estômago – talvez tenha sido um problema de úlcera ou algo do tipo – e morreu. Minha mãe ficou viúva aos 43 anos, grávida e com muita força e muita coragem assumiu aquela "filharada" sozinha. Minha avó materna, que já era viúva, veio morar conosco e sempre ajudou muito. Minha mãe era bonita e culta. Gosto muito dessa foto, porque aqui ela estava grávida de mim e da minha gêmea. Ela não quis casar de novo e, aliás, quem é que iria se casar com uma viúva com oito filhos?! Fico com raiva desse assunto, porque sei que um jurista famoso, amigo da família paterna, quis ter um caso com ela e minha mãe achou um desaforo. Como ela mesma dizia, nós éramos um "gineceu", pois meus irmãos, logo que puderam, saíram de casa; como disseram sempre, foi muito difícil serem os homens da casa... Ficamos nós, seis filhas, minha mãe e minha avó, só mulheres. E ainda havia as empregadas que tinham verdadeira adoração pela minha mãe e ficaram lá. De certa maneira, essa vida entre mulheres me marcou muito. Não tive a figura paterna, não lembro de rigorosamente nada dele, tenho uma fotografia, sei que era um homem bonito e culto, mais europeu do que brasileiro, pois passou infância e primeira juventude na Europa.

GM: *Qual era a profissão dele?*

MVMB: Várias, porque com nove anos de idade ele foi mandado para Londres para estudar em colégio interno de elite.

GM: *Ele era um menino prodígio?*

MVMB: Não, mas era de família rica, de fazendeiros de Minas. Minha avó se casou com um barão, filho de visconde. Sei de boa parte da história da família pelo que mamãe contava, pelos livros, pelo *google* e também pelo querido e saudoso professor Antônio Candido. Ele gostava dessas histórias de família, era mineiro também. Ele me dizia: "meu avô era muito amigo do seu bisavô!". Meu pai fez engenharia em Londres e a família o financiava. Quando chegou a nossa vez foi diferente, mas adiante comento.

GM: *Sua família ficou desamparada quando ele morreu?*

MVMB: Ficou com a pensão dele, vou chegar lá. Ele fez engenharia em Londres, mas não foi educado para trabalhar e, de lá, foi para Paris fazer Filosofia na Sorbonne. Depois foi à Alemanha, da qual não gostou, e resolveu ir para Florença, onde fez arquitetura e belas artes.

GM: *Ele concluiu todos esses estudos?*

MVMB: Sim. Não trabalhava, mas gostava de estudar. Foi com nove anos e voltou com trinta e três. Em Florença, o dinheiro começou a acabar, porque ele pagava para outros brasileiros que eram do grupo dele, e decidiu ir para Portugal, onde ficou algum tempo com trabalhos diplomáticos. Quando o dinheiro acabou, ele voltou para o Brasil e sua mãe, que já era viúva e morreu muitos anos depois, o deserdou completamente.

GM: *Aí ele conheceu a sua mãe?*

MVMB: Sim. Ele conheceu a minha mãe na Escola de Belas Artes do Rio – ela também era muito dotada para desenho e pintura, conviveu com Ismael Nery – e começaram a namorar. Meu avô – pai da minha mãe, de origem alemã – disse: "Tudo bem, mas barão ou não barão, em que ele trabalha? Só casa com minha filha se tiver emprego público". Assim, meu pai, com os contatos que tinha, arranjou um emprego num ministério, cuja pensão nos sustentou. Mas nós sempre tivemos bolsa. Tive dois anos de bolsa na PUC do Rio e passei um ano nos Estados Unidos com bolsa também. Voltando para a influência familiar, uma frase que minha mãe dizia e que repito na minha casa para a única filha que tenho e meus dois filhos é: "Casamento não é profissão". Todas nós, as seis filhas, estudamos, nos formamos e trabalhamos. Hoje, somos só três: uma jornalista, uma arquiteta e eu. A mais velha era médica, minha gêmea era assistente social e trabalhou muito. Todas tiveram filhos e netos. Minha mãe era muito religiosa, mas foi se aproximando da Teologia da Libertação. Ela era muito culta, havia estudado na Europa também e começou a ler Teilhard de Chardin, depois o frei Josaphat, que tinha o jornal *Brasil Urgente*, em Minas Gerais, e também por minha influência, eu já era integrante da JUC [Juventude Universitária Católica], da esquerda católica. Até o fim, ela foi bem de esquerda, em oposição a toda a família do meu pai, que era mais do que conservadora, era monarquista de estrita observância. Nós tivemos uma vida muito apertada com essa "filharada" e apenas a pensão do meu pai. Uma amiga que gostava muito de nós dizia: "Já reparei como é o estilo de vida de vocês: comem com talher de prata e em louça da Companhia das Índias, mas o prato é arroz com feijão" e concordei com ela, porque era mais ou menos isso. Todas nós sempre trabalhamos, meus dois irmãos também. Esqueci de dizer que houve um quarto irmão, que morreu pequeno num acidente doméstico e não conheci.

GM: *Por que escolheu o curso de Ciências Sociais?*

MVMB: Queria fazer o curso de Filosofia, porque adorava essa disciplina a ponto de estudar Filosofia nas férias, no sítio – nosso refúgio – na Região dos Lagos, com praia. A casa tinha sido construída pelo meu pai. Por influência do meio político ao qual me liguei, fui me direcionando para fazer Sociologia. Me interessava por política, mas fui fazer Sociologia, porque era o curso que havia na PUC. Ciência Política só fiz mesmo na USP.

GM: *No mestrado?*

MVMB: Fiz mestrado e o doutorado. Antes, no final do ensino médio, me candidatei a ir para os Estados Unidos com uma bolsa do *American Field Service*. Contribuiu para eu conseguir a bolsa, que era ótima, o fato de ter um irmão que morreu em combate junto com os aliados, e de ser sobrinha de Jerônyma Mesquita, irmã do meu pai, fundadora das Bandeirantes do Brasil, sufragista, feminista *avant la lettre*, que criou várias entidades junto com Bertha Lutz.

GM: *Em defesa da mulher*.

MVMB: Exatamente. Ela criou a Pró-Matre, se separou... Quando nasci, meu pai já tinha 54 anos e essa minha tia era a mais velha. Ela se casou com 16 anos, se separou do marido aos 19 e foi com o filho viver em Londres.

GM: *Incrível. Como ela se chamava?*

MVMB: Jerônyma Mesquita. Se você digitar o nome dela no *google* aparecem algumas referências. Há, recentemente, no Rio, um grupo de pesquisa chamado "As Jerônimas" sobre as mulheres pioneiras pela emancipação da mulher.

GM: *Pioneira.*

MVMB: Pioneira mesmo. Conheço pesquisadoras nesse assunto e minhas irmãs, no Rio, foram convidadas a dar depoimento. Hoje, o bandeirantismo é outra coisa, mas, na nossa época, foi muito importante para mim e para minhas irmãs. Havia aquilo de hino e bandeira, mas havia, também, a autonomia de irmos acampar, o princípio do serviço ao próximo... Com toque de religiosidade, claro, mas era muito mais interessante do que festas de 15 anos e coisas desse tipo. Por isso foi muito importante para nós. Nunca pensei em colocar minha filha no bandeirantismo, mas reconheço que o papel da minha tia foi muito importante, e ela gostava muito de mim.

GM: *Ela foi uma influência na sua vida.*

MVMB: Foi uma influência muito importante, tenho muito orgulho dela. Ela teve, aos 19 anos, a coragem de se separar de um casamento arranjado. Foi, na época, considerado um absurdo e uma loucura.

GM: *E você foi da JUC...*

MVMB: Fui da JEC [Juventude Estudantil Católica] e depois da JUC. Mas a minha primeira guinada para a esquerda ocorreu devido a uma "burrice" do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Funcionava, dentro da UNE [União Nacional dos Estudantes], a Ames – Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas. Quando Dom Jaime soube que o então candidato a presidente da Ames era "comunista" – comunista coisa nenhuma! Era de esquerda, mas correu isso –, ele emitiu uma ordem a todos os colégios católicos, de padres e de freiras, para que escolhessem seus melhores alunos e líderes para votarem contra o comunismo. No meu colégio, fui escolhida – estava no quarto ano ginasial –, assim como outras amigas com quem tenho contato até hoje. Lá, nós ouvimos o discurso dos dois lados e acabamos por achar o discurso do "comunista" muito melhor e nos bandeamos para o lado dele! Foi graças ao Dom Jaime, que não pensou que se nós éramos os mais inteligentes e líderes, podíamos não nos conformar em sermos obrigados a votar em determinado candidato. Eu já era da JEC e, quando entrei na PUC, continuei na JUC, que tinha posição mais à esquerda. Isso em 1962, governo João Goulart. Um dos grandes líderes do nosso grupo era o Betinho, outro era o Luís Alberto Gomes de Souza e, da igreja, o padre Henrique de Lima Vaz, filósofo que tem sido atacado até hoje de maneira impressionante. Pouco antes do golpe de 1964, casei e fui morar na França – possuía dois anos completos de Sociologia na PUC. Desembarcamos em Cannes – fomos de navio, porque era mais barato – no dia 13 de março, no famoso dia do comício da Central [do Brasil]. Logo depois, os acontecimentos se precipitaram e, naquela época, não telefonávamos, por isso não sabíamos muitas notícias. Minha mãe já estava completamente na esquerda. Como a nossa casa era grande, escondemos muitos estudantes, pois, como a família era...

GM: *Aristocrática...*

MVMB: ... não levantaria suspeita. Soube, depois, que minha mãe colocou na frente da casa uma faixa em que se lia "Lacerda 65", para despistar...Volto aos estudos. A veia política sempre foi muito forte, assim desisti de fazer Filosofia e quis fazer Sociologia. Depois de quatro anos e meio na França, meu marido, com um *Doctorat d'État* em Ciências Exatas (astronomia), foi convidado para a USP e eu consegui a transferência para Ciências Sociais na FFLCH. No início, tive as aulas nos barracões da Cidade Universitária, nunca fui aluna da Maria Antônia. Entrei em 1969. Gostei muito das aulas de Antropologia tanto com a Ruth Cardoso, quanto com a Eunice Durham. Elas duas eram da Antropologia e depois passaram para a Ciência Política por causa de problemas locais. Gostei muito das aulas de política, das quais destaco as da Carmute, como era conhecida a Maria do Carmo Campello de Souza e, principalmente, do Francisco Weffort. Com o tempo que passei na França, era mais velha que meus colegas e vinha com um filho de quatro anos. Passei a gostar muito de Ciência Política. Li a tese do Braz de Araújo sobre o governo Jânio Quadros e a Política Externa e pensei: "Quero escrever uma tese como essa!". Meu marido – que era engenheiro formado pelo ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica] e astrônomo como profissão, na qual se aposentou como professor titular na USP, onde recebeu uma homenagem, há um auditório com o nome dele – foi quem me deu a ideia de tema para o mestrado! Ele me disse: "Já que você quer fazer um mestrado nessa área, por que você não faz sobre o Juscelino, que teve um governo espremido entre o suicídio de Getúlio e a renúncia do Jânio?". Ele foi o único governo civil depois da Constituição de 1946 a iniciar e terminar o mandato na data definida pela Constituição. Getúlio se suicida, Jânio renuncia e Jango...

GM: *É derrubado.*

MVMB: É, sofre um golpe. Concordei com ele e fui tentar entender o porquê dessa singularidade do governo Juscelino. Meu primeiro projeto se chamava "Desenvolvimento econômico e estabilidade política – o governo Kubitschek". Gostei muito de ter feito essa pesquisa. O Weffort me apresentou ao Celso Lafer, professor de Direito da USP, que tinha uma tese feita em Cornell, sobre o Programa de Metas do Juscelino. O Celso foi importante, discuti mais com ele do que com o orientador, que estava no Chile. Também conversava com o Oliveiros Ferreira – que tampouco era uma pessoa de esquerda –, gostava muito das suas aulas. Os dois fizeram parte da minha banca junto com o Weffort. Eles disseram que meu trabalho tinha porte de uma tese de doutorado, mas eu gostei que tivesse sido assim; não me considerava pronta para um doutorado. No doutorado, quem me sugeriu o tema foi o Fernando Henrique Cardoso, com quem fui conversar no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], e ele me disse: "Você trabalhou bastante com PSD [Partido Social Democrático] e PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] por causa do Juscelino, agora por que você não estuda a UDN [União Democrática Nacional]?! Ninguém quer estudá-la, mas ela foi importante". No final das contas, concordei e foi um trabalho muito bom, porque tive acesso a um acervo inédito e vasto. Então, como visto, em todo o período de dissertação e tese, a presença masculina foi muito forte.

GM: *Ia observar exatamente isso. A presença masculina que você não teve forte na infância, ao menos nesses primeiros anos de vida acadêmica, foi muito grande.*

MVMB: Foi. Do meu marido, em primeiro lugar, depois do Oliveiros Ferreira e do Celso Lafer. E na questão da UDN, também conversei muito com acadêmicos e políticos, mas todos homens. Quando defendi o mestrado eu já tinha três filhos.

GM: *Porque é um universo, evidentemente, visto como masculino.*

MVMB: O antigo secretário da UDN me recebeu muito bem no Rio, depois ficou furioso comigo ao ler a tese! Mas ele chegou a deixar a chave do acervo da UDN comigo. Quem me ajudou nesses contatos foi um amigo do Rio, bem mais velho, um jurista e historiador: Raymundo Faoro. Ele gostava do que eu escrevia e comentava. Vivi em um mundo masculino durante muito tempo.

GM: *Quando você fez concurso para professora? Ou não havia concurso?*

MVMB: Não. Essa é uma história que tenho que contar, porque é verídica, ainda que desagradável. Finalmente, apareceu um concurso público para Sociologia na USP. Eu era pesquisadora no Cedec. Meu marido me incentivou muito dizendo que agora eu era doutora e podia fazer. E eu escrevia muitos artigos, participava de muitos congressos e bancas; já tinha livros publicados (as duas teses e mais outros sobre pesquisas desenvolvidas no Cedec), escrevia na Folha de S. Paulo, nas revistas do Mino Carta. Hoje, tenho dificuldade de saber se era a "Isto é", se era a "Senhor", se era a "Isto é Senhor", porque mudou tanto. Aliás, nesse último número da Carta Capital tem uma entrevista minha e do Fábio Konder Comparato. Foi interessante voltar à revista do Mino depois de muito tempo! Eu já era bastante de esquerda, conheci o Lula em 1979, nas greves de São Bernardo e logo que o PT [Partido dos Trabalhadores] foi criado, me filiei. O Weffort criou o Cedec [Centro de Estudos de Cultura Contemporânea] em 1978 e fui uma firme colaboradora até entrar na USP. Nesse ponto termina a minha fase importante de Ciência Política, porque abriu concurso na Sociologia e eu avisei que iria me candidatar.

GM: *Na Sociologia?*

MVMB: Na Sociologia. Não vou citar nomes, mas alguém da área me pediu para não me candidatar, porque o departamento queria uma pessoa mais jovem e com menos currículo. Eu já tinha um bom currículo e tinha chances de ser aprovada. Faço aqui um parêntese para dizer que acho que isso só aconteceu comigo por eu ser mulher.

GM: *Foi um homem quem lhe pediu isso?*

MVMB: Foi um professor famoso. E que, inclusive, gostava de mim e me admirava, mas dizia querer uma pessoa mais jovem e com menos currículo, e que viesse da Sociologia e não da Política. Aliás, faço questão de dizer que não foi o Weffort, embora, que eu saiba, ele não fez qualquer coisa para impedir a "censura".

GM: *A pessoa aprovada foi homem ou mulher?*

MVMB: Agora o mais engraçado é o seguinte: deu uma zebra danada, porque entrou a Elizabeth Lobo Garcia, que tinha feito Doutorado de Sociologia na França e era ótima. Era muito difícil reprovar alguém com um brilhante doutorado na França. Mas, como havia duas vagas, entrou também o Régis de Castro Andrade, que Deus o tenha. Eu gostava muito do Régis, que era do Cedec também.

GM: *Meu orientador de mestrado.*

MVMB: Exatamente, e ele era mais velho do que eu e vinha do Direito. O argumento era que queriam alguém mais novo e que viesse da Sociologia mesmo, eu era muito identificada com a

Ciência Política. Ele, que era do Direito, entrou. Isso causou um desencontro com meu marido, ele não se conformava e me disse: "Quer dizer que você não vai se candidatar para agradar os amigos?!"

GM: *Você não se candidatou?*

MVMB: Não.

GM: *Você se sentiu intimidada?*

MVMB: Sim, me senti. Depois soube de outras histórias parecidas.

GM: *E você entra na universidade quando?*

MVMB: Cadê que consigo entrar? Duas pessoas, o Leôncio Martins Rodrigues e a Carmute, me disseram claramente, numa reunião informal: "Nós achamos uma grande injustiça você, que tem uma obra e é tão ativa, não fazer parte da Ciência Política. Mas há uma animosidade muito grande". O Weffort chegou a dizer para mim uma vez: "As mulheres de lá jamais vão aceitar você" e eu gostava e ainda gosto de todas as mulheres de lá. Um dos membros do departamento chegou a dizer: "vocês escolhem: ou ela ou eu" – soube disso por uma das mulheres.

GM: *Um membro homem?*

MVMB: É. Foi, realmente, muito difícil. Continuei no Cedec por vários anos, mas eu não tinha...

GM: *A remuneração?*

MVMB: Recebíamos por projeto. Eu fazia tudo no Cedec, me preocupava desde o café até a escrita dos relatórios dos inadimplentes. Eu recebia os estrangeiros pelo Centro, pessoas como Alain Rouquié, da França, o americano [Alfred] Stepan, o pessoal da Ford e de várias entidades. O Cedec dependia muito do apoio internacional nessa época. Da Novib, por exemplo, que é uma organização holandesa. Realmente, gostei muito desse tempo que passei lá e havia várias mulheres, embora a direção fosse de homens, com a minha única exceção.

GM: *Você era da direção?*

MVMB: Sim, era a única mulher na direção. Mais tarde houve uma mulher presidente do Cedec, a socióloga Amélia Cohn, minha amiga pessoal. Em 1985, eu consigo ser contratada para a USP. O chefe do departamento de Filosofia e Ciências da Educação, Celso de Rui Beisiegel (foi também pró-reitor de Graduação), da Faculdade de Educação – lugar em que tinha colocado o pé uma vez na vida, porque nós na FFLCH não tomávamos nem conhecimento da Faculdade de Educação –, era muito amigo do Weffort, tinha sabido das minhas teses, me convidou para trabalhar na Faculdade de Educação e eu disse que não sabia nada de educação, nem tinha lido Piaget. Ele me respondeu que isso não tinha a menor importância, porque lá todos sabiam e tinham lido e me disse: "Vem para cá para tocar temas da política que os nossos alunos têm que conhecer", ele tinha essa visão. Entrei como convidada e só abriu o concurso quando tive a minha livre-docência, que foi em Ciência Política também, sobre cidadania ativa e democracia direta e seus mecanismos. Logo que entrei, comecei a dar aula na graduação e na pós-graduação. Desenvolvi um programa de Sociologia Política para a área de Educação, o que, depois, me levou aos Direitos Humanos como um tema político. Trabalhei muito no período preparatório da Constituinte. Fui coordenadora na campanha do Weffort, que era candidato pelo PT. Mas quando o Florestan Fernandes apareceu como

candidato, vários colegas professores que estavam apoiando o Weffort me disseram: "Maria Victoria, nos desculpe. Estamos apoiando o Weffort, mas agora nosso querido mestre Florestan é candidato, então nós vamos votar nele". Realmente foi assim: o Weffort obteve oito mil votos e o Florestan, sem fazer uma campanha expressiva, obteve 60 mil. Foi votado em todos os lugares, sempre tinha um pingadinho de votos para ele, alguém sempre sabia o número do Florestan. Depois disso, o Weffort se afastou do Cedec e do PT e não tive contato mais próximo com ele.

GM: *Foi aí que terminou a parceria?*

MVMB: Não, a amizade terminou mesmo com a eleição do Fernando Henrique, porque ele, imediatamente, se ofereceu para ser ministro do Fernando Henrique. Depois do governo foi morar no Rio. Ele, mais ou menos, desapareceu da cena política. Mas devo reconhecer que, apesar de tudo o que aconteceu e da minha decepção, ele foi uma pessoa muito importante no início da minha vida acadêmica, no CEDEC e no PT, e eu gostava e o admirava muito. Como orientador, não contava com ele, que tinha total confiança no meu trabalho. A tese da UDN, entreguei prontinha.

GM: *Você falou dessas influências nacionais. Você gostaria de mencionar algum autor estrangeiro ou algum colega de fora?*

MVMB: De autores estrangeiros, poderia citar Gramsci, com a sua tese sobre partido. Ele foi muito importante quando eu quis entrosar, na minha tese, o jornal *O Estado de S. Paulo* como uma espécie de *alter ego* da UDN – o Gramsci tem uma passagem em que explica como um jornal assume o papel de um partido político. Nunca fui marxista. Embora seja uma referência constante, não me considero marxista, porque acho que para assim se afirmar tem que ter estudado muito, estudado *O Capital*... Certa vez a Folha de S. Paulo perguntou a vários intelectuais se, para ser marxista, se devia ler *O Capital*, ao que respondi afirmativamente. Não me considero marxista por causa disso: nunca consegui ler para valer *O Capital*. Porém, gostei muito de ler as obras mais históricas como o *18 Brumário* e *As lutas de Classe na França* – e isso me influenciou muito. Trabalhei mais com autores estrangeiros na minha tese de livre-docência, que foi sobre democracia direta. Estudei muito os americanos. A legislatura direta que eles têm funciona muito bem, porque lá há eleição de dois em dois anos. O americano médio pode se desinteressar da grande eleição, que é a indireta. Peguei vários autores para entender esse cenário das iniciativas populares – *direct legislation*. Em alguns lugares, como Califórnia e Oregon, por exemplo, a participação na *direct legislation* é muito maior do que na votação tradicional para representantes ou poder executivo, porque são questões muito mais próximas do eleitor, que recebe em casa um manual com a proposta, com quem a financia e a apoia, com prós, contra e tréplica. Claro que muitos não leem, mas quem quer realmente se informar tem esse material à disposição. Eu usei autores famosos para discutir a representação como a Hanna Pitkin, por exemplo. Para o tema da participação, estudei as obras da Carole Pateman e Hannah Arendt. Estudei autores franceses e como funciona, também, na Suíça. Aqui na América do Sul, existia muito pouco, mas olhei casos na Argentina.

GM: *Você contou com apoio financeiro e institucional para as suas pesquisas?*

MVMB: Sim. Tive bolsa da Fapesp para mestrado e doutorado. Tive bolsa do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], e cheguei à bolsa A1, mas – vocês vão achar graça disso – renunciei quando fui nomeada para a Comissão de Ética da Presidência da República e para o "Conselhão", Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do governo Lula. Eu não precisava fazer isso, mas não quis receber um tostão furado do governo.

GM: *Desde então você não recebeu mais a bolsa do CNPq?*

MVMB: Não. Agora que estou aposentada então, nem pensar. Mas continuei na Faculdade de Educação até os setenta anos. Me aposentei pela "expulsória".

GM: *Você teve apoio financeiro e institucional para as pesquisas que sempre quis fazer?*

MVMB: Sim. Como disse, tive apoio da Fapesp e... Isso é importante, já que o assunto é mulher. Na minha primeira bolsa, o meu projeto do Juscelino foi considerado ótimo pela avaliação da Fapesp. Weffort também tinha achado ótimo – eu tinha feito o projeto sozinha. Ele me disse: "Dois projetos de alunos meus foram aprovados, o seu e o do fulano. Como só tem uma vaga, queria te dizer que vou indicar fulano, porque ele é pai de família". Aceitei, embora ele não soubesse nada da minha vida particular: se era casada, solteira, se era mãe solteira. Mas aceitei.

SRA: *Uma outra entrevistada contou exatamente a mesma coisa.*

GM: *Discriminação dos orientadores.*

MVMB: E ele me disse: "O seu projeto é ótimo! Ano que vem você apresenta". Durante aquele ano, trabalhei sem financiamento e, no ano seguinte, apresentei e foi aprovado. O outro candidato nunca fez a tese.

GM: *Não terminou o mestrado? Não concluiu?*

MVMB: Não.

GM: ***O que você sentiu?***

MVMB: Eu me resignava, não ficava com raiva. Meu marido é que ficava doente com isso!

GM: *Seu marido era feminista?*

MVMB: Era bastante. Lembro que uma vez perguntei para ele, brincando: "Paulo, não é por nada não, mas o que você seria sem mim?". Ele, que foi um grande cientista, trabalhava aqui e na França, em Bordeaux, onde chegou a ser convidado a ser diretor do Observatório, mesmo sendo brasileiro; ele, que era da entidade internacional da astronomia, viajava muito, me respondeu: "Seria uma folhinha seca carregada pelo vento!". E questionei: "E eu sem você?" Ao que ele me disse, rápido: "Senadora da República!" (risos).

GM: *Ele foi um grande incentivador.*

MVMB: É. Ele foi um grande incentivador e gostava muito das minhas irmãs, as admiravam, e da minha mãe, no pouco tempo em que conviveu com ela. Mas a minha vida mudou completamente a partir do momento em que entrei na Faculdade de Educação, pois me afastei do grupo de Ciência Política. Fiquei ligada ao pessoal dos Direitos Humanos e de Educação. Claro que continuei participando de muitas bancas na Ciência Política e no Direito – onde cursei a disciplina de pós-graduação do Celso Lafer em Direito Internacional. E depois participei, também lá, na pós-graduação em Direitos Humanos. Essa nova área foi resultado de uma luta de décadas do Dalmo Dallari, do Fábio Comparato, do Celso Lafer e de outros para incluir a temática de Direitos Humanos em uma Faculdade de Direito. Foi criada como uma área de pós-graduação multidisciplinar, em que a

Faculdade de Direito recebia alunos e professores de outras Faculdades. Fui professora e orientadora nessa pós.

GM: *Você era a única professora mulher?*

MVMB: A Flavia Schilling também, pela Educação. E havia algumas professoras de Direito.

SRA*: Fiz uma disciplina com o Celso Lafer e com a Claudia Perrone Moisés.*

MVMB: Cláudia Perrone Moisés foi ótima. Você fez essa pós-graduação de Direitos Humanos?

SRA: *Não, fiz na Ciência Política, mas fiz algumas disciplinas lá.*

MVMB: Continuei participando de bancas de professores titulares de outras faculdades. Fui muito ao Rio Grande do Sul, a Minas Gerais, ao Rio.

SRA: *Seus filhos nasceram em que momento?*

MVMB: O mais velho nasceu na França. Ele tem 54 anos, três filhas e, no segundo casamento, teve gêmeas como eu. Tenho outro filho, que é músico e mora em Campinas. Minha única filha mora aqui, fez Direito na São Francisco e é procuradora do Estado.

SRA: *Gostaria de saber o momento do nascimento do segundo e do terceiro filho.*

MVMB: No segundo filho, eu estava estudando muito. Tive muito apoio de colegas de turma, principalmente de duas amigas que são próximas ainda hoje, as sociólogas Myrna de Abreu Machado, mineira, e Teresa Martins Rodrigues, cearense. Não tinha família em São Paulo, a não ser três tias maternas que eram freiras.

SRA: *Era mestrado ou doutorado?*

MVMB: Era o resto da graduação. Cheguei da França e fui direto para a faculdade, em 1969, e esse filho nasceu em maio de 1971, quando estava terminando a graduação. Tive de fazer algumas disciplinas que já havia feito na PUC, mas que não foram aceitas aqui. Tinha feito Antropologia I e II no Rio, mas tive que voltar a fazer Antropologia I com a Lux Vidal, porque era Antropologia Física, que não havia estudado.

GM: *Sua trajetória profissional foi afetada pela vida privada? Como?*

MVMB: Foi no sentido de que, às vezes, estava na aula – depois que meu filho nasceu, eu tinha um sono terrível. Colegas minhas me diziam: "Maria Victoria, está na hora de você voltar para casa" e via meus seios molhados, apesar do sutiã especial. Eu amamentava e tinha que voltar correndo. Devo dizer que não aconselho ninguém a fazer isso. Foi muito duro, muito difícil.

GM: *Conciliar a formação acadêmica com a maternidade?*

MVMB: É. E principalmente com a alta expectativa que eu tinha, pois não me conformava com um resultado mais ou menos. Minha filha veio um ano depois do segundo, porque estava amamentando e corria essa ideia de que quem amamentava não engravidava. Acreditei nisso e engravidei! Fiquei muito contente, porque era uma menina. Mas que atrapalhou, atrapalhou. Inclusive, porque meu marido viajava muito.

GM: *Quando ela nasceu, você ainda estava na graduação ou já havia terminado?*

MVMB: Já estava no mestrado. Ela foi uma criança muito fácil, mas, mesmo assim, foi difícil. Minhas colegas não tinham filhos: Carmute, Maria D'Alva Kinzo, Teresa Sadek, Lourdes Sola, Maria Hermínia... Ou seja, não tinha um exemplo próximo para perguntar como tinha sido. Mas Marilena Chauí teve dois e Amélia Cohn também. Mas elas mesmas dizem que a mãe ajudou muito.

SRA: *Ainda nessa pergunta sobre como a sua vida profissional foi afetada pela vida privada, de certa maneira ela criou dificuldades, mas pode ter criado algumas facilidades. Como você faz um balanço disso? Desses dois tipos de influências: felicidades e dificuldades.*

MVMB: Quanto à felicidade, sempre quis ter filhos. Vim de uma família de vários filhos, não podia imaginar a ideia de não ter filhos a tal ponto que pedi ao meu marido, quando nós estávamos noivos, que fizesse exame para provar a fertilidade dele.

GM: *Vocês fizeram?*

MVMB: Sim. Ele aceitou fazer o exame. Uma coisa que não disse é que quando morei na França tive o Daniel e tive um outro, dois anos depois, porque naquela época era proibidíssima a pílula. Aqui, no Brasil, era possível conseguir com pessoas e médicos amigos, mas, na França, era superproibido, porque o país estava em uma fase de incentivo demográfico, pois sua população era pequena se comparada com a da Alemanha. Tive, por exemplo, todas as "primes" – como eles chamam – por ter filho jovem e ter outro filho com pouco tempo de intervalo, e por amamentar.

GM: *Era um incentivo?*

MVMB: Sim, mesmo sendo brasileira tive tudo isso. Inclusive, achei graça de um francês para o qual perguntei: "Ah, nasceu o segundo, que bom! Agora vocês vão continuar, vão ter outro?" ao que ele me respondeu: "Claro! *C'est a partir du troisieme enfant que ça raporte*", que quer dizer "é a partir do terceiro filho que rende", porque a partir do terceiro filho a família tornava-se, perante a Estado, naquela época, "*une famille nombreuse*" e tinha muitos benefícios, hoje mudou bastante. Eu não trabalhava fora, mas fazia todas as tarefas domésticas, inclusive aprendi a cozinhar bem e a costurar um pouco. Frequentei durante certo tempo a Faculdade de Letras de Besançon, nas disciplinas de Sociologia e História. Besançon era uma cidade pequena, com cerca de cem mil habitantes, mas que, como quase toda cidade francesa, tinha tudo: universidade, teatro, cinemas, orquestra sinfônica, museus, o Observatório no qual meu marido trabalhava. Ele defendeu sua tese na Sorbonne e, quando voltamos, manteve a parceria com os Observatórios de Paris e Bordeaux.

GM: *Essa foi sua segunda gravidez?*

MVMB: Tive uma segunda gravidez na França que foi muito infeliz, porque na primeira fui vítima de erro médico e de mentira, o que foi horrível. O médico sabia que tinha prejudicado meu útero e não me disse nada. No primeiro parto, cheguei ao hospital no começo da noite, porque tinha rompido a bolsa, porém não sentia contração e ele disse: "Já que não tem contração, vou te dar uma medicação para provocá-la". Depois dessa medicação tive todas as contrações em cinco minutos e como resultado arrebentou o meu útero. O Daniel era pequeno, nasceu com 2,6 kg. Fui para o quarto sozinha, porque não tinha direito a acompanhante, e Paulo foi para casa. Dormi imediatamente e, de noite, senti uma coisa esquisita e notei que estava sangrando, estava com uma hemorragia. Quis chamar a enfermeira, fiquei com vergonha, mas percebi que ia desmaiar e chamei. Pedi que olhasse e, quando ela me descobriu, gritou: "*Mon Dieu!*". Não me lembro de mais nada, pois desmaiei.

Depois, o Paulo me disse que voltei para a sala cirúrgica e que precisei de transfusão de sangue. Mas o médico não me disse nada!

GM: *Isso no seu primeiro filho?*

MVMB: É. Eu tinha 22 anos. Fiquei com o útero totalmente lesionado. Ele só disse: "vai sair muita '*saleté*' por aí, mas é normal". Foi horrível esse começo, fiquei dez dias na maternidade e, quando saí, quando me entregaram aquele rolinho em que embrulhavam o recém-nascido, me disseram: "*Bonjour madame, voilà votre enfant!*" e me perguntei o que faríamos com aquele bebê, já que morávamos em um alojamento dentro do Observatório de Besançon. Havia uma divisória entre o quarto e o cômodo que seria a cozinha, sem banheiro. Fiquei um ano sem banheiro. Sem pílula nem nada, com aquele sistema católico de tirar a temperatura, engravidei novamente. A gravidez foi horrorosa durante o tempo todo. Eu tinha que ficar deitada de bruços constantemente; ainda bem que o Daniel passava o tempo sentadinho na sua cadeira com o seu livrinho e a vitrolinha, mesmo com dois anos. Ele brinca que é o que gosta até hoje: literatura e música. Consegui levar a gravidez só até o sétimo mês, quando comecei a ter sangramentos, até que minha bolsa estourou. Fomos para o hospital. O neném morreu no terceiro dia e fiquei até o décimo quinto, porque os médicos viram que eu produzia bastante leite. Assim, as enfermeiras vinham diariamente tirar leite de mim para as outras crianças cujas mães não queriam aleitar, o que era comum naquela época entre as francesas. Até uma amiga francesa me disse que achava que isso era coisa de bicho, que ela saía da maternidade sempre com o leite seco. Fiquei quinze dias doando um monte de leite de manhã e de tarde. Como eu era muito religiosa à época, pensava: "Que bom, perdi meu filho, mas estou ajudando outras crianças e mulheres". Hoje ficaria furiosa com essa proposta. Sei que isso ocorreu porque eu era uma latino-americana, duvido que fizessem tal proposta para uma europeia. Mas eu tinha um lado religioso muito forte que, devo dizer, me ajudou muito. Lá, participava de duas entidades católicas: da Paróquia Universitária e da Fraternidade Franciscana. O Paulo, que não era praticante nem nada, ia para me acompanhar e isso foi muito importante quando minha mãe morreu. Eu ainda estava na França e foi um baque profundíssimo! Tenho certeza que só aguentei firme por causa da religião.

GM: *Quando você rompe com a religião?*

MVMB: Quando cheguei ao Brasil.

GM: *No auge da ditadura.*

MVMB: No auge da ditadura. Uma vez cheguei à paróquia e em vez de o padre conversar comigo ele disse: "Quer dar aula de catecismo? Apareça aqui na semana que vem". Nunca mais voltei. Hoje, me considero uma pessoa religiosa; não sou católica, mas sou uma pessoa religiosa. Tenho enorme admiração pelo Jesus judeu, o Jesus histórico e seus ensinamentos, mas não me considero católica por não acreditar nos dogmas, no poder do Vaticano etc. Gosto de certas posições do atual Papa Francisco.

SRA: *Você acredita que a relação entre vida pessoal e profissional é diferente para seus colegas homens e suas colegas mulheres? Como você vê essa diferença?*

MVMB: Acho que, hoje, essa diferença está menor. Por exemplo, ouvia muito, quando era jovem, alguma mulher dizer: "Ele ajuda muito em casa", ao que eu dizia: "Não, ele não ajuda, ele colabora em casa". Porque sinto que meu marido me ajuda quando traduz um texto para mim, ou quando procura algum dado para mim. Mas quando lava a louça ou leva as crianças de um lugar para o

outro, ele está colaborando com a família, não é uma ajuda. Acho que ainda hoje existe esse negócio de "fulano ajuda". Pelo que tenho visto, melhorou, pelo o que muitas amigas bem mais jovens me dizem, mas ainda existe muito machismo. Por incrível que pareça, acho que os homens estão mais perdidos nessa história do que as mulheres.

GM: *Como avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, os caminhos da Ciência Política no Brasil, nesse período que você experimentou? E os limites?*

MVMB: Acho que se avançou muito no campo dos estudos sobre movimentos sociais, representação e sobre o próprio conceito de democracia. Ainda vejo uma cisão, que entendo como uma limitação grave. Ainda vejo definições minimalistas de democracia. Como limitar Democracia à ocorrência de eleições livres e plurais, com voto universal, com inexistência de censura e com instituições funcionando. Estou na corrente mais à esquerda e há pessoas trabalhando com isso e acho importante entender a democracia como soberania popular e efetivo controle sobre os poderes pela cidadania participativa. A minha tese de livre-docência foi sobre isso, sobre democracia como soberania popular, foi uma das novidades da época. Quantas vezes escuto, inclusive hoje em dia, que vivemos em uma democracia e temos de aproveitá-la, que as instituições funcionam, o Congresso está aberto, as eleições não foram fraudadas. Eu acho que as eleições foram fraudadas.

GM: *Pela ausência do candidato do PT.*

MVMB: E também pelo fato das *fake news* e pelos disparos nas redes sociais com mentiras. Soube outro dia, em um grupo político, que pesou contra o Haddad as mentiras pelas redes sociais populares o boato de que ele teria estuprado uma criança e a tal da "mamadeira de piroca". Dizer que as eleições não foram fraudadas é boa vontade demais com esses fatos. E considero que as instituições não estão funcionando democraticamente. O Supremo Tribunal Federal não é uma instituição que está funcionando democraticamente, pois não tem controle nenhum e está atuando com decisões monocráticas, sem discussão e sofrendo pressões. Acredito que a Lava Jato se tornou uma instituição muito mais de vingança e de punição do que, realmente, de combate à corrupção; afinal de contas, a corrupção no Brasil nunca foi um problema central. Se isso fosse central, não teria havido "Adhemar, rouba, mas faz", Maluf, que originou o verbo "malufar" e a montanha de eventos de corrupção que tivemos desde há muito tempo. Isso não criou uma animosidade nacional tal como se deu hoje com o PT, do antipetismo, da prisão de Lula e a ação seletiva da Lava Jato. Não acho que estamos em uma plena democracia, acho que esse é um limite para se questionar o tal funcionamento normal das instituições democráticas, embora se tenha avançado muito. O Cebrap tem um papel muito importante nesse sentido. Eu destacaria a Maria Hermínia Tavares de Almeida, que foi minha colega, o Fernando Limongi e a Lilia Schwarcz – antropóloga – que têm atuado em um sentido de oferecer debates importantes. Acho o livro da Lilia Schwarcz e da Heloisa Starling chamado "Brasil, uma biografia" muito importante nesse contexto. A Ciência Política está em um bom momento, mesmo com as limitações apontadas.

SRA: *Como você vê a sua trajetória individual dentro desse movimento mais amplo da Ciência Política? Penso principalmente no fato de que você foi uma das primeiras intelectuais a falar de democracia participativa e cidadania ativa.*

MVMB: Acho, modestamente, que tive uma contribuição importante na questão da democracia participativa, nos debates sobre Constituinte, reforma política, representação e partidos políticos. Na Ciência Política que conheço hoje, tenho a maior admiração pelo trabalho do André Singer. Participei de suas bancas de concurso público e de livre-docência. Sei que ele usa meus livros e faz os alunos

lerem. Acho, nesse assunto, que hoje, quando se fala em ressuscitar a UDN, criar uma nova UDN, como a verdadeira direita... Fui entrevistada sobre isso e disse que as diferenças são muito grandes de hoje para aquela época, pois, naquela época, ninguém se dizia de direita! As pessoas tinham vergonha de dizer que eram de direita, se diziam liberais ou liberais-democratas, mas não direita. Um partido como se pretende hoje, que afirma "seremos a única direita autêntica no Brasil" é uma novidade. Mas até pelo nível dos políticos, não existe nada que se compare com o que existia no Congresso na época de Juscelino e de Jango. Havia um nível muito superior dos congressistas e devemos lembrar o que descobrimos um tempo depois do golpe, que o PTB era um dos partidos que mais crescia no Congresso, o que levou, inclusive, a um silêncio do PSD em relação ao golpe e ao Jango – embora a aliança PSD-PTB estivesse funcionando com muita força. Acho que o meu trabalho foi positivo, gosto de ter escrito os livros, mas se fosse retomá-los teria muito que escrever para mostrar as diferenças daquele período com o cenário atual.

SRA: *Como você avalia e percebe as demandas relacionadas com o gênero no mundo do trabalho e suas instituições no geral e, mais especificamente, do nosso campo da Ciência Política? Por exemplo, a questão das cotas e das denúncias de assédio.*

MVMB: Acho extremamente importante. Fico pensando que, se existisse essa possibilidade no meu tempo eu, provavelmente, brigaria mais.

GM: *Porque você foi vítima de assédio moral, sem dúvida.*

MVMB: Acho que eu brigaria mais. Sou amplamente favorável às cotas. Tenho um bemol em relação às cotas, porque acho que são por um momento, uma fase. Sempre me lembro da Michele Obama dizendo: "Eu só cheguei à Yale e a Harvard por causa das cotas, mas minhas filhas não precisarão". É importante ter cota agora, mas espero que dentro de algumas décadas não seja mais preciso; apesar de que está indo em um ritmo muito lento, acho que vai demorar muito ainda. A participação de mulheres no Congresso, por exemplo, ainda é muito pequena. Ainda é pequena a participação de mulheres em cargos de chefia nas universidades. E o racismo continua pavoroso. E quantas governadoras há no país hoje? Uma. E em um estado pequeno.

GM: *É o caso também de prefeitas de grandes capitais.*

MVMB: Acho que é indispensável que a campanha por gênero entre nas escolas. Sou completamente contra projetos como o "Escola Sem Partido" e sou favorável que a questão de gênero deva ser tratada na escola, principalmente na pública.

GM: *Alguma coisa que você gostaria de acrescentar nessa temática que não foi abordado para finalizar?*

MVMB: Gostaria de ver mais sororidade entre as mulheres.

GM: *De um modo geral, na academia, na Ciência Política?*

MVMB: Na academia, na Ciência Política, nos grupos, no Parlamento... Lembro bem de uma vez, há muitos anos atrás, quando entrei na sede do PT e encontrei uma candidata a deputada lá. Ela me ignorou completamente e foi tão evidente, que o Weffort lhe disse: "Fica tranquila, que a Maria Victoria não é candidata".

GM: *Há espaços em que você vê essa falta de sororidade?*

MVMB: Quando vejo uma amizade autêntica e apoio autêntico fico satisfeita, fui muito colaboradora e amiga das minhas amigas e colegas de profissão. Ah, esqueci de dizer que trabalhei como entrevistadora e autora de verbetes para o CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil] no Rio. Ao contrário de outras instituições, o CPDOC tinha várias pesquisadoras de excelente nível. Era dirigido pela Celina Vargas do Amaral Peixoto. Uma dessas mulheres, deve ter aparecido na Comissão da Verdade, foi a Dulce Pandolfi. Com esse tipo de pessoas pude contar. Mas com colegas na Ciência Política não pude contar.

GM: *Você teve menos mulheres amigas na Ciência Política?*

MVMB: Muito menos, sem dúvida alguma. Com a exceção da Carmute, nunca recebi apoio das mulheres da área. A Carmute tinha sido da minha banca de doutorado e me disse que achava uma injustiça eu não estar lá. Maria Teresa Sadek esteve mais próxima, e solidária, quando aceitou participar da Escola de Governo; suas aulas foram ótimas. Em relação à democracia, me lembro de críticas quando comecei a defender democracia direta. No meu livro, falo de democracia semidireta, porque não defendia o fim das instituições representativas, mas a utilização dos mecanismos de democracia direta acolhidos e aprovados pela Constituição como remédios para enfrentarem os erros da representação tradicional. Mas, mesmo assim, o Bolívar Lamounier escreveu um artigo na Folha chamado *Procurando Rousseau, encontrando Hobbes*. Não me citou, mas entendi a crítica.

2ª parte da entrevista

SRA: *Estou com Maria Victoria Benevides para retomar alguns pontos da primeira parte da entrevista.*

MVMB: Bom dia, San. Estou preparada para desenvolver mais alguns pontos, especificamente sobre o fato de ser mulher, esposa e mãe. Costumo dizer um pouco "à moda antiga", mas não completamente, pois conciliei fazer mestrado, doutorado, livre-docência, concurso público de ingresso e para professora titular.

SRA: *Construir instituições...*

MVMB: Construir instituições, como a minha participação intensa no Cedec, na Escola de Governo e com a militância constante em Direitos Humanos. Queria dizer, inicialmente, que sempre reconheci ser privilegiada por ter nascido em uma família que valorizava muito o estudo e o trabalho. Minha mãe insistia muito que trabalhássemos, porque não via casamento como profissão; ela queria que fôssemos financeiramente independentes. Na minha família, o ambiente cultural sempre foi muito presente tanto na vida da minha avó, quanto na da minha mãe, das minhas irmãs mais velhas... Todas as minhas irmãs estudaram, têm biblioteca em casa, aprenderam francês muito cedo; isso foi, realmente, importante. Desde o momento em que entrei para a faculdade percebi como era um privilégio vir de uma família com um forte amparo em termos culturais e sociais devido à formação cultural e intelectual especificamente dos meus pais – o que marcou os meus irmãos e principalmente eu e minhas irmãs. No entanto, devo dizer que tive dificuldades e tive que me organizar. Por exemplo, eu tinha filhos pequenos no jardim da infância e no primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, crianças que exigiam ainda muitos cuidados e eu sabia que podia contar com quatro horas por dia, as quatro horas em que elas estavam na escola. Durante aquelas quatro horas, me dedicava exclusivamente ao trabalho da dissertação para o mestrado. Falando com colegas, eles me disseram que não estudavam quatro horas por dia para escreverem suas respectivas teses! Mas como eu só tinha aquele horário, o aproveitava o máximo possível. Na hora do jantar, a mesa em

que trabalhava estava limpa para a família jantar: marido e os três filhos. Fim de semana, eram raríssimas às vezes em que podia me dedicar à tese. Depois do almoço, os meninos e a minha filha brincavam e viam televisão, o meu marido lia e eu ficava em meu pequeno escritório trabalhando na tese de doutorado – o mestrado foi na primeira residência, o doutorado já foi em outra casa, na qual eu tinha um pequeno escritório. Devo dizer que não tive apoio familiar; minha mãe já tinha falecido muito tempo, infelizmente, e toda a minha família estava no Rio. Aqui em São Paulo, possuía como família três tias freiras em um convento. Portanto, contava somente com o apoio doméstico de uma moça, chamada Generosa, que era apenas um ano mais velha do que eu e é minha amiga até hoje. Ela me ajudou muito, sempre fui grata e a ajudei muito também. Outro problema causado por ser uma mãe com essas características era que não tinha coragem de aceitar convites para o exterior. Conheci a maior parte do Brasil indo para congressos e eventos da Anpocs e para bancas de concursos e teses. Mas, no exterior, tenho apenas três eventos em toda a minha trajetória: dois na Argentina e um em Genebra. Para mim, ir para o exterior e me separar dos meus filhos foi uma dificuldade que me impediu muito de viajar. A falta de viajar para o exterior chegou a tal ponto que já era professora titular e não fui recredenciada na pós-graduação da Faculdade de Educação justamente por não ter essas viagens internacionais. Naquela época, o motivo já não eram os filhos, mas a doença do meu marido. Não teria coragem de viajar para o exterior deixando meu marido exclusivamente com as cuidadoras.

SRA: *O seu marido ficou doente por cerca de quantos anos?*

MVMB: O Parkinson o acometeu quando ele tinha 52 anos, mas ele foi muito bem tratado, estudou muito a doença e sabia como seria. Aposentou-se aos setenta anos e viemos para cá – antes morávamos em casa, mas ele não podia mais subir escada. A queda dele foi abrupta. Durante os últimos nove anos de sua vida cuidei dele o tempo todo, não havia a menor hipótese de eu viajar e, nos últimos tempos, como as viagens internacionais se tornaram muito valorizadas no currículo, acabei sendo prejudicada por isso. Eu dizia: "Não é por falta de convite, é porque eu mesma não tenho coragem de viajar para o exterior". No Brasil, continuei viajando para a maior parte dos estados. Como estava dizendo, aos fins de semana minha rotina era intensa, me dedicava muito aos meus filhos e, por isso, contava com as quatro horas nos dias de semana. Também queria falar – e já havia falado um pouco antes – de como reparei as dificuldades na carreira acadêmica entre as próprias mulheres. Posso dizer que não tenho o que me queixar do reconhecimento que tive durante todo o tempo em que estive na USP; reconhecimento no sentido de que fui, durante quatro anos, representante da Faculdade no Conselho Universitário, sendo a única mulher na Comissão de Legislação e Recursos. Tive uma participação bastante firme e eram reuniões semanais. Fui da Comissão de Relações Internacionais – a CCint – da USP, da qual era, também, a única mulher e participei durante bastante tempo. Participei de duas diretorias do Instituto de Estudos Avançados, era a única mulher. Ficava com a impressão de que, na maior parte desses casos, quando se montavam as equipes, alguém dizia que precisava ter uma mulher. Eu já era conhecida, porque participei muito do Conselho Universitário e uma vez um dos reitores disse para não votarem mais em mim, pois, cada vez que eu levantava a mão para falar, ele ficava aflito. Eu discutia firme. Também ouvi de um senhor na USP, que queria me convidar para uma comissão, o seguinte: "Foram indicados o seu nome e o da Marilena Chauí, mas disse que se colocassem vocês duas juntas vocês iam brigar". Fiquei literalmente furiosa com isso e respondi: "Tenho a maior admiração pela Marilena Chauí, temos excelentes relações e jamais iria brigar com uma colega em uma comissão, não tem o menor cabimento". Isso é para mostrar o estereótipo da competitividade entre as mulheres – mas sei que isso existe, você mesma me falou da competitividade. Se eu fosse competitiva, teria feito aquele concurso de que te falei e teria brigado mais para me colocar. Me lembro, por exemplo, da

minha defesa de mestrado, que foi a primeira depois daqueles grandes expurgos. Acho que falei sobre isso.

SRA: *Você me falou sobre isso por telefone.*

MVMB: Defendi em novembro de 1975, depois das cassações dos professores considerados "subversivos". Para você ter uma ideia, em plena ditadura, foi pouco depois do assassinato do Vlado Herzog. Novembro de 1975. Era o primeiro debate de uma dissertação, que foi considerada um trabalho no nível de tese de doutorado e que resultou no meu livro sobre o governo Juscelino Kubitschek. O auditório estava cheio e na primeira fila estavam Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Francisco de Assis Barbosa... Queria chamar a atenção para o fato de que, quando estava saindo – meu trabalho foi aprovado com dez, "com distinção e louvor", na época havia essa honraria, hoje não tem mais nota –, uma colega da Sociologia me disse: "Parabéns, mas não foi só uma defesa de tese, foi uma demonstração de força". Nossa, fiquei constrangidíssima! Contei essa situação para um professor bem mais velho, que era meu amigo e da família, ao que ele me disse: "Sabe o que acho bom? Eu acho que você deve ficar um pouco afastada para evitar esse tipo de coisa" e fiquei, aceitei essa sugestão dele. Depois, quando contei para o meu marido, ele achou um absurdo.

SRA: *Essa recomendação de afastamento tinha a ver com o clima político da época?*

MVMB: Não, com o fato de eu ter dito que essa colega tinha me dito "não foi só uma defesa, foi uma demonstração de força". E isso, realmente, deve ter contado para eu nunca ter conseguido entrar para um departamento dentro da Faculdade de Ciências Sociais na USP.

SRA: *Era isso que queria entender, se dizia mais respeito a uma situação conjuntural – afinal de contas, uma demonstração de força em 1975, em plena ditadura militar...*

MVMB: Demonstração de força no sentido de ter aquelas pessoas ilustres do campo intelectual.

SM: *...ou uma coisa atemporal, de ter aquelas pessoas e de participar de um determinado conjunto de relações que era próprio daquele meio.*

MVMB: Que era próprio daquele meio, exatamente.

SRA: *Hoje você acha que esse afastamento foi o melhor que poderia ter acontecido ou não?*

MVMB: Não me sentia em condições de enfrentar esse clima hostil. Durante um tempo, quando estava fazendo a tese de doutorado, o Weffort me disponibilizou sua sala, que possuía duas mesas, para utilizar, porque eu trabalhava com arquivos. Fiquei lá e, em pouco tempo, ele veio me dizer que não daria mais para eu ficar, pois o pessoal do departamento estava reclamando muito, dizendo que o fato de eu ficar na sala dele já iria me beneficiar para um concurso ou algo do tipo. Não me ajudou coisa nenhuma, pelo contrário, fui vetada, como já falei. Queria dizer que tenho muita admiração por várias mulheres da área das ciências humanas, de uma geração mais moça como, por exemplo, a Lília Schwarcz e Heloísa Starling, que escreveram juntas aquele livro "Brasil: uma biografia". Também admiro, na nova geração, a Glenda Mezarobba, a Ester Solano da Unifesp [Universidade Federal de São Paulo], a Ângela Alonso, da USP e do Cebrap. São mulheres que admiro e gostaria de ter tido maior contato com elas. Em relação à mulher naquela época, insisto: eram os anos 1970 e começo dos anos de 1980 – a minha tese de doutorado é de 1980, a de mestrado é de 1975. Entrevistei muitos homens da extinta UDN no Rio, de vários estados. Entrevistei mineiros,

nordestinos etc. Na imensa maioria das entrevistas que fiz com políticos tanto para a pesquisa sobre o governo Juscelino, quanto para a UDN, os entrevistados foram muito respeitosos, mas também houve aqueles com assédio explícito. Um dos casos foi até engraçado. Era um udenista nordestino que, lá pelas tantas, me disse assim: "Mas por que você quer estudar e fazer tese sobre política?! Política não é para mulher! É coisa de macho! Não é porque a mulher seja inferior, não" – ele me disse com seu sotaque muito carregado – "Em algumas coisas a mulher pode ser superior ao homem: em datilografia, por exemplo" e pensei comigo mesma: "Meu Deus do céu! Para conseguir essa entrevista tenho que pagar o preço de ouvir isso!". E outro – esse não era nordestino – o tempo todo com muita pose, mas em um dado momento ele – que era muito feio mesmo – não se aguentou e me disse: "Eu sei que sou feio, mas conquisto as mulheres pela minha inteligência", ao que devolvi com "parabéns" e continuei a ler o arquivo. Mas na segunda vez – fiquei vários dias fazendo entrevista – ele me disse: "A senhora sabe o que eu ouvi? Que a última mulher que andou na linha o trem matou" e respondi: "O senhor é viúvo?", catei minhas coisas e fui embora. Esse foi o final da minha entrevista com ele, pois passou dos limites. Tive assédio explícito de outras pessoas, mas digo que isso foi pouco comparado com a quantidade de entrevistas. Fiz muitas entrevistas acho que pelo fato de já ser conhecida, ser bem recomendada entre os entrevistados, ser de uma família conhecida no Rio e ter amigos que me indicavam para as entrevistas.

SRA: *Na universidade, há possibilidade do assédio nas pesquisas, em entrevistas e trabalho de campo, mas, e dentro da própria universidade, na relação com colegas, alunos e professores?*

MVMB: A minha relação com as alunas, principalmente – porque a Faculdade de Educação tem uma predominância enorme de mulheres, como é sabido – foi muito boa. Até hoje, quando vou fazer conferência em alguma escola, sempre há uma diretora ou orientadora educacional que foi minha aluna – tenho boa memória visual, mas de nome não é possível recordar. E elas vêm falar comigo, dizendo que nunca se esqueceram das minhas aulas. Uma chegou a me dizer que, se algum dia eu desse um curso de empadinha, ela iria assistir (risos). Outra me disse: "Professora, a sua aula é melhor do que uma sessão de psicanálise". Achei interessante, porque sessão de psicanálise nem sempre é boa, mas para ela devia ser! Fui, durante muitos anos, repetidas vezes, paraninfa das formaturas, porque na Faculdade de Educação há formatura, pois, há turma, nas Ciências Sociais, não. E a formatura da Educação era aquele estilo à moda antiga, elas usando beca e eu fazendo discurso. Mas, na faculdade, notei hostilidade por parte de algumas colegas, porém, tive grandes amigas e amigos. Dois deles, que já faleceram, foram muito importantes e sempre me apoiaram muito lá: Celso de Rui Beisiegel, sociólogo, e José Mario Pires Azanha, filósofo. Das amigas, gostaria de citar a psicóloga Lisandre Castelo Branco e as sociólogas Flavia Shilling, Sonia Kruppa e Lisete Arelaro, três excelentes educadoras. Lembro um exemplo de hostilidade: uma vez, dei uma entrevista para a Folha sobre um assunto da conjuntura política e o jornal publicou uma fotografia antiga minha, de quando defendi a tese da UDN, em que era muito mais jovem – uma fotografia excepcionalmente boa. Mas eu não tinha nada que ver com isso, nem sabia que haveria foto e, no dia seguinte, quando cheguei, duas colegas vieram me falar: "Ah, você mandou publicar a foto da sua formatura no ginásio?!" e a outra disse: "Você está namorando o secretário da Folha?". Não eram amigas próximas, eram laterais. As amizades que fiz com colegas da Educação existem até hoje.

SRA: *Mas essas falas expressam o caldo de significados compartilhados misóginos que...*

MVMB: Sim, misóginos – o que eu não esperaria.

SRA: *Ainda mais em um ambiente predominantemente feminino.*

MVMB: Dizia ao meu marido: "Não sei por que essa hostilidade, pois sou simpática." E ele me dizia: "É pior ainda! Ainda por cima é simpática!"

SRA: *Nós podemos pensar assédio de maneiras mais e menos jurídicas. Tem uma coisa que me deixou curiosa e quis perguntar: a história da bolsa, que foi para o homem que tinha acabado de ter filho ou era chefe de família.*

MVMB: Era pai de família.

SRA: *Ouvi essa história mais de uma vez. Mais de uma mulher da sua geração com quem conversei me contou uma história semelhante. Isso foi apresentado como justificativa aceitável: "Você foi melhor, mas fulano se casou, teve filho ou é chefe de família". Você conhece outros casos além do seu em que isso aconteceu?*

MVMB: Não conheço. Fiquei muito chateada, mas aceitei sem criar o menor caso nem com o meu orientador, nem com o candidato – que, aliás, nunca fez tese nenhuma.

SRA: *Das pessoas de quem ouvi essa história, só uma fez caso, mas de maneira silenciosa, fez se retirando de uma discussão pública daquilo. Fiz essa pergunta porque me interessou saber se vocês sabiam dessa situação mútua que passava entre vocês, ou se foi uma experiência silenciosa.*

MVMB: Não sabíamos de nada.

SRA: *E se isso era uma prática, porque ouvi isso vezes demais para me parecer um caso isolado.*

MVMB: Pode ser, mas não tenho certeza suficiente para afirmar. Inclusive pelo seguinte: não sou de São Paulo, eu era considerada uma extraterrestre. Naquela época.

SRA: *Vou perseguir essa história para saber se isso era uma prática. Isso começou a me interessar, porque ouvi mais vezes do que esperava. Acho que podemos interpretar o assédio de forma mais jurídica ou mais associada ao senso comum, hoje em dia tudo é assédio no discurso. Mas acho que a questão do seu concurso e de como lhe pediram que se retirasse é uma questão de assédio.*

MVMB: Não pensei isso, mas agora que você está me dizendo...

SRA: *Sim, mas o assédio é uma linguagem mais dessa geração atual, da minha e das minhas alunas. Mais usada hoje do que em sua época.*

MVMB: O que me marcou muito é que meu orientador não sabia qual era a minha situação. Não sabia se meu marido podia me sustentar, nem quantos filhos eu tinha.

SRA: *A mulher que me contou essa história, e fez caso, me falou exatamente isso. Ela disse: "E tudo isso sem saber qual era a minha circunstância pessoal. Foi simplesmente suposto que havia um homem que cuidava das minhas contas". Queria trazer outra pergunta que é um pouco reflexiva. Você acha que a questão de gênero é igual ou diferente, de maneira acentuada ou atenuada, na militância política, na militância por direitos humanos e na universidade? Porque são diferentes ambientes de poder.*

MVMB: Sim. A primeira coisa a dizer é que no tempo em que eu era estudante e fazia tese, nem se falava em assunto de gênero. Comecei a ler e discutir quando uma aluna minha da faculdade de

educação trouxe as questões de gênero para a educação. Ela quis fazer uma tese sobre a coeducação – o que significava meninas e meninos na escola, inclusive comparando com o exemplo francês. Me esforcei muito e, inclusive, ajudei-a a conseguir uma bolsa sanduíche em Paris para que desenvolvesse este trabalho. Gênero entrou tarde na minha vida e entrou na Faculdade de Educação. Tornou-se uma questão política, para mim, em Direitos Humanos, no sentido de direitos iguais – salários iguais e uma série de direitos específicos das mulheres, que muitos ainda têm como privilégios, mas na verdade são direitos. Acho que há uma diferença sim. No meio político, é uma discussão que tem um lado muito hipócrita, porque há um discurso a favor da igualdade de gênero, mas, na prática, há muito pouco estímulo à participação das mulheres na política. Pouquíssimo. Melhorou muito em comparação ao passado. Lembro sempre às minhas alunas que, no período anterior a 1964, havia uma mulher na Câmara dos Deputados, a Ivete Vargas, que só se elegeu por causa do seu sobrenome, era da família de Getúlio Vargas. Ela era a única. Hoje, essa cota de trinta por cento sabemos que é fictícia. Muitas vezes fui convidada a me candidatar ao que respondia que não tinha a menor condição de ir para Brasília, pois tinha filhos e queria ficar em São Paulo. Daí me diziam: "Tudo bem, é só para você fazer número para cumprir a cota". Acho que há uma defesa realmente manca do gênero. Há exceções à regra, há políticos que realmente defendem e há políticas mulheres, como a Luíza Erundina e a própria Marta Suplicy, que sempre chamaram a atenção à questão de gênero. Nos três meios há, ainda, essa questão que digo que se resume assim: precisa ter uma mulher. Quando se forma qualquer comissão ou qualquer conjunto de trabalho para realizar qualquer coisa, sempre aparece essa questão: precisa ter uma mulher. Não se trata de chamar uma pessoa competente para aquela tarefa, mas de não causar uma má impressão sem ter ao menos uma presença feminina. Assim como hoje tem que ter mulher, negro e, se possível, indígena. A diferença que vejo é sutil, porque nos três campos existem, realmente, aqueles que se preocupam com a questão de gênero, mas existe também essa fachada meio hipócrita.

SRA: *Existe a circunstância de ser só uma fachada.*

MVMB: Sim. Por exemplo, mesmo na Faculdade de Educação, demorou muito para uma mulher ser eleita para a direção. Hoje, temos muitas, mas do começo da faculdade até eu entrar, eram só homens. Houve uma época em que não havia ninguém como titular, tanto que uma vez veio um colega da matemática para ser diretor. Hoje, são diretoras mulheres, mas custou muito. Mas isso vinha, também, das próprias mulheres, das alunas. Me lembro que tive uma turma de 60 alunos: 59 mulheres e 1 aluno. Pois na hora de votarem para orador, votaram nele! Falei, inclusive: "Não acredito! Vocês são 59 e ele é 1 e é ele quem vai falar em nome de vocês todas?!". Acho que a questão de gênero custou a pegar. Vejo que hoje melhorou pelas minhas netas. Uma neta minha de doze anos veio dizer que quer me entrevistar, porque vai fazer um trabalho sobre desigualdade de gênero etc. – estou até procurando coisas para ela. Acho que essa novíssima geração vai ser muito diferente daquela que nós fomos, da minha geração.

SRA: *E tem uma coisa que sinto às vezes. Dividi disciplina com professores homens algumas vezes e existe uma postura militante de alunas de prestarem mais a atenção em mim. Dei uma disciplina em colaboração com dois colegas homens na UFF, em Niterói, e as alunas tinham uma preferência expressa e declarada por mim. E tinha a impressão, posso estar enganada, mas a minha interpretação é de que era política a atenção que elas me dispensavam.*

MVMB: Era militante!

SM: *Sim. Não era porque elas me achassem mais interessante intelectualmente. Elas tinham uma postura política de me apoiar como professora mulher. Todas tinham os diversos códigos da militância feminista*

contemporânea. Olhava para elas e pensava que era isso. Um dia, um dos professores me disse: "Nossa, as alunas preferem você nitidamente. É como se tudo o que disséssemos fosse menos interessante. Você tem muito carisma" e eu disse: "Não sei se é carisma ou se é uma postura política delas". Já tinha notado isso, mas não ia ter a iniciativa de comentar com eles. Mas fui percebendo a maneira como elas se colocavam e sabendo que a maioria delas eram mulheres de coletivos feministas, tenho a impressão de que aquela postura tenha sido política, não espontânea.

MVMB: Pode ser, embora você deva ser uma ótima professora.

SRA: *Pode ser! Talvez isso fosse impensado há dez anos. Mudou muito em pouco tempo.*

MVMB: Sim! Foi muito rápida essa mudança! Estava lendo a última entrevista da Nancy Fraser, cujas obras li muito – as dela e da Joan Scott, americanas feministas, ao lado das francesas e da mãe do feminismo Simone de Beauvoir – e vejo que, hoje em dia, é muito diferente de épocas passadas. Acho que todos os movimentos que existem em outros países, como tudo se tornou muito mais rápido por causa das mídias digitais, se alastram muito mais rapidamente. Com a questão de gênero aconteceu isso. Fico muito satisfeita, inclusive, porque tenho cinco netas. Aliás, um homem, professor da USP já aposentado, me falou uma vez: "Eu defendo o direito das mulheres, inclusive porque tenho muitas filhas e não quero ter que sustentá-las para o resto da vida" e pensei, rindo escondido: "Que motivo altruísta esse!".

SRA: *Ele podia ter formulado: não quero que elas não possam ser autônomas.*

MVMB: Não... Ele não queria sustentá-las pelo resto de sua vida. O que mais você gostaria de perguntar?

SRA: *Você, espontaneamente, voltou a todos os pontos que havia anotado na nossa conversa por telefone. Mas tenho uma pergunta que pode ser construída como ligada a gênero ou não. Gostaria de saber como foi a ditadura para você, como você a percebia?*

MVMB: Eu vinha da França, peguei um período extraordinário lá, quando, realmente, o Estado de bem-estar social funcionava. Saí do Brasil antes do golpe e cheguei com o AI-5. E sempre fui muito mais mãe quando meus filhos eram pequenos, do que qualquer outra coisa. Ou seja, só fui participar ativamente da política quando começou a se organizar o PT, e no Cedec. Foi quando tive uma militância ativa, pois antes não tinha e, na faculdade, como era uma extraterrestre, não tinha a confiança daqueles que eram militantes para eu ser chamada. Outra coisa, como aluna da USP – tanto na graduação, quanto na pós – não vivi a vida universitária como se vive hoje. Assistia às aulas e voltava para casa. Nunca fui tomar uma cerveja ou sair com o grupo.

SRA: *E isso tinha a ver com as crianças.*

MVMB: Sim. No começo da graduação, meu marido ia me buscar de carro. Depois consegui uma carona, ia e voltava de carona. Hoje, um amigo meu jornalista, o Ricardo Kotscho, diz que sou uma "avó militante". Ele me encontrou uma vez com as crianças em um hotel e eu estava participando de um evento infantil. Fui mãe militante... A ditadura só me apareceu com muita força quando entrei na Comissão Justiça e Paz. A ditadura, para mim, era reconhecer como somos privilegiados de estarmos ao abrigo da perseguição e achava normal trabalhar na Comissão Justiça e Paz em defesa dos perseguidos. Atuei muito próxima de Margarida Genevois e de Dom Paulo Arns.

SRA: *Como você entrou na Comissão Justiça e Paz?*

MVMB: Fui convidada, porque já escrevia na Folha, já era conhecida – não era professora, era do Cedec – e tinha ligação com alguns membros, como a própria Margarida, o Fábio Comparato e o José Carlos Dias, que foi advogado de presos políticos. Acompanhava muito esses casos, mas não me expunha. Me lembro que, uma vez, fui visitar um amigo do Rio e lá pelas tantas ele me disse: "Estou fazendo o que posso. Vem cá que vou te mostrar" e me levou para um quarto da casa em que, debaixo da cama, havia muitos fuzis e outras armas. Me recordo que olhei aquilo com naturalidade e disse: "Estamos em uma ditadura, há uma luta armada, é isso mesmo", não fiquei com medo. Quando chegamos em casa, meu marido falou: "Se ele for preso, podemos ser delatados", mas a minha única preocupação era com meus filhos. Dizia para a moça que trabalhava lá em casa: "Se acontecer alguma coisa conosco, você, por favor, entra em contato com minhas irmãs, com minha família do Rio". Na universidade, não convivi com as pessoas mais expostas, mas logo me coloquei como defensora dos Direitos Humanos. Isso em relação a vários casos importantes como o assassinato do operário Santos Dias, o assassinato do Vlado.... Eu ia àquelas missas imensas na catedral da Sé, participava assim; mas nunca participei de grupo político algum, a não ser aquele legal, como o PT e a Comissão Justiça e Paz.

SRA: *E como foi a sua participação na fundação do PT? Como você entrou?*

MVMB: Entrei porque, anteriormente, participava de reuniões políticas e o que se pensava era um partido que juntasse todos os que lutavam pela democratização e pela anistia – e que depois se dividiu, parte para o PMDB e parte foi para o PT. Eu era muito ligada a um determinado grupo, que era a esquerda católica. Fui de AP [Ação Popular] como estudante no Rio, que era a esquerda católica. Em São Paulo e no Cedec era muito próxima do Weffort, foi ele quem assinou a minha ficha de inscrição no PT. Eu estava presente, em 1980, no Colégio Sion, na criação do PT. Me lembro que, novamente, estava com amigos homens: o Hélio Pellegrino – o psicanalista do Rio –, o Sérgio Buarque de Holanda e o Antonio Candido. Achei muito interessante, porque o Hélio Pellegrino disse: "Estou muito feliz, porque é a primeira vez que participo da fundação de um partido de esquerda e nós não somos os donos da bola!", porque, lá na mesa, os donos da bola eram os sindicalistas: Lula, o Jacó Bittar e outros. Mas a minha companhia ali foi, novamente, masculina.

SRA: *E na Comissão Arns, como foi a sua participação nessa formulação e agora na comissão existindo de fato?*

MVMB: Fui convidada diretamente pelo Paulo Sérgio Pinheiro. Ele sempre brinca comigo dizendo que sou a amiga mais antiga, pois somos amigos desde 1961 – ele foi da PUC do Rio, só que era do grupo católico Solidarismo Cristão e eu já estava mais à esquerda, ligada a um grupo que depois se tornou a Ação Popular. Foi ele quem me convidou e convidou minha grande amiga Margarida Genevois para ser a presidente de honra e com uma cientista política importante que é a Maria Hermínia Tavares de Almeida.

SRA: *Acho que cumprimos com tudo o que você havia me dito que gostaria de acrescentar. Gostaria de acrescentar algo mais?*

MVMB: Não.

SRA: *Obrigada!*